

**TERMO DE CONTRATO Nº 005/SUB-IP/2024**

**PROCESSO: 6039.2024/0000325-0**

**CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

**OBJETO:** Fornecimento de 5000 (cinco mil) unidades de cartões de visita, confeccionados conforme as normas para aplicação da marca da PMSP, com brasão colorido 4x0 (frente), formato 90 x 50 mm em papel couché opaco ou opaline 300 g, laminação fosca, fonte Tahoma, para utilização em apresentações, reuniões e necessidade de negócio, para Subprefeitura Ipiranga.

**CONTRATANTE:** Prefeitura do Município de São Paulo – SUBPREFEITURA IPIRANGA

**CONTRATADA:** MARCIA ELLEN MENDES NOGUEIRA NEVES

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

**DOTAÇÃO A SER ONERADA:** 53.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00

**NOTA DE EMPENHO:** 42925/2024

*Termo de Contrato que entre si celebram o Município de São Paulo, por meio da Subprefeitura Ipiranga e a empresa MARCIA ELLEN MENDES NOGUEIRA NEVES.*

O Município de São Paulo, por sua SUBPREFEITURA IPIRANGA, inscrita no CNPJ sob nº 05.636.771/0001-93, situada na Rua Lino Coutinho, nº 444, Ipiranga – São Paulo/SP, neste ato representada pelo **SUBPREFEITO, Sr. Rodrigo Bagnatori Ribeiro**, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, **MARCIA ELLEN MENDES NOGUEIRA NEVES**, situada na Rua Jose Miranda Silva, nº 29 – Catarino – Cardoso Moreira/RJ – CEP 28180-000, telefone nº (22) 99979-5203 – e-mail: [hmendesempreendimentos@gmail.com](mailto:hmendesempreendimentos@gmail.com) inscrita no CNPJ sob nº 50.496.540/0001-86, neste ato representada por seu representante legal Marcia Ellen Mendes Nogueira Neves, Sócia Administradora, portadora do R.G. nº 29.865.831-1, inscrita no CPF sob nº 148.201.337-13, adiante simplesmente designada **CONTRATADA** nos termos da autorização contida no despacho de fls. **099842247**, publicado em 28/03/2024, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e fornecimento de cartões de visita, confeccionados conforme as normas para aplicação da marca da PMSP, com brasão colorido 4x0, frente, formato 90mm x 50mm em papel couché opaco ou opaline 300 g, laminação fosca, fonte Tahoma, para utilização em apresentações, reuniões e necessidade de negócio, para Subprefeitura Ipiranga.

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	cartões de visita, confeccionados conforme as normas para aplicação da marca da PMSP, com brasão colorido 4x0 (frente), formato 90 x 50 mm em papel couché opaco ou opaline 300 g, laminação fosca, fonte Tahoma.	Unidade	5000	R\$ 0,15	R\$ 750,00

1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Termo de Contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO**

2.1. Será parcelado, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Supervisão de Administração e Suprimentos.

2.2. A entrega está condicionada à quantidade mínima de 100 (cem) unidades.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura deste, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da *vantajosidade* da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL, DOTAÇÃO E REAJUSTE

4.1. O valor total do presente do Contrato é de **R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)**, sendo o valor unitário de R\$ 0,15 (quinze centavos).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Prefeitura de São Paulo, Subprefeitura Ipiranga, deste exercício, na dotação nº **53.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00**, Nota de Empenho nº **42925/2024**.

4.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.5. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, editada pela Secretaria Municipal da Fazenda.

4.5.1. O índice previsto no item 4.5 poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda e será automaticamente aplicado a este instrumento.

4.6. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.7. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

#### 5.1. Compete ao CONTRATANTE:

5.1.1. Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao estipulado em contrato;

5.1.2. Adotar todas as providências pertinentes ao acompanhamento, fiscalização e controle do objeto contratado, indicando um técnico para a fiscalização do contrato;

5.1.3. Efetuar os pagamentos à contratada;

5.1.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto.

#### 5.2. Compete à CONTRATADA:

5.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.2.2. Providenciar todas as condições necessárias ao fornecimento dos materiais;

5.2.3. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do recebimento do ofício;

5.2.4. Ser responsável por todas as obrigações decorrentes da contratação como impostos, taxas, seguro obrigatório, inclusive multas na execução do contrato.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal, somente da quantidade solicitada e efetiva entrega do material, que dar-se-á com o respectivo ateste.

6.2. Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a documentação necessária, conforme Portaria nº 170/SF/2020;

- 6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no **BANCO DO BRASIL S/A**;
- 6.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
  - b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
  - c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
  - d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
  - e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- 6.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa;
- 6.4.2. Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência;
- 6.5. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material;
- 6.6. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

7.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

7.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

7.4. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

- a) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- c) Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 20 (vinte) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
- d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
- e) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 8.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;
- 8.2. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos;
- 8.3. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

8.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

8.5. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão ao Decreto Municipal nº 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

8.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

8.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Cartão do CNPJ;
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo - CCM;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) CADIN;
- h) Falência e Concordata.

#### 9. CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro do Município de São Paulo, para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser, ato, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

9.2. E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, pelas partes 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

  
**Rodrigo Bagnatori Ribeiro**  
Subprefeito do Ipiranga

**gov.br** Documento assinado digitalmente  
**MARCIA ELLEN MENDES NOGUEIRA NEVES**  
Data: 02/05/2024 15:34:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARCIA ELLEN MENDES NOGUEIRA NEVES**  
Sócia Administradora  
R.G. nº 29.865.831-1  
CPF nº 148.201.337-13

Testemunhas:

01 Mariana R.O. Franco RG 17.329.926-X

02 Marcia A. F. R. RG 21.843.813-1.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e fornecimento de cartões de visita que deverá ser confeccionado conforme as normas para aplicação da marca da PMSP, com brasão colorido 4x0, frente, formato 90mm x 50mm em papel couché opaco ou opaline 300 grs. Laminação fosca.

### 2. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 2.1. Condições de Fornecimento

- 2.1.1. O fornecimento se dará mediante Ordem de Fornecimento, com entregas parceladas, em quantidade mínima de 100 (cem) unidades, durante a vigência contratual.
- 2.1.2. A Contratada, em posse da Ordem de Fornecimento, deve aprovar a arte antes da execução do serviço.
- 2.1.3. O prazo de entrega será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada.
- 2.1.4. Os produtos deverão ser entregues acondicionados de forma a preservar o seu perfeito estado físico, facilitando o seu transporte e depósito.
- 2.1.5. Se a qualidade do produto não corresponder às especificações exigidas, o objeto será devolvido e deverá ser substituído pela Contratada em, no máximo, até 02 (dois) dias úteis.

#### 2.2. Local de Entrega

- 2.2.1. Os cartões de visita deverão ser entregues no endereço: Rua Lino Coutinho, 444 – sala 45 Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04207-000, no período das 09h00 às 16h00, na Supervisão de Administração e Suprimentos.

#### 2.3. Quantidade

##### 2.3.1. 50 (cinquenta) centos

- 2.3.1.1. A quantidade é estimada e não constitui qualquer compromisso futuro para a Contratante e a não confecção do total de cartões previstos não poderá ensejar por parte da Contratada qualquer pedido de revisão e/ou reequilíbrio contratual, tampouco qualquer outro tipo de acréscimo aos valores contratados.

### 3. ESPECIFICAÇÕES

- 3.1. Cartão de visita com medidas aproximadas de 90mm x 50mm, confeccionado em papel couché opaco ou opaline 300g, impressão frente, colorido 4x0, laminação fosca. Fonte Tahoma.
- 3.2. O modelo deve atender o disposto na Lei 14.166/2006 e o Manual de Identidade Visual publicado pela Secretaria Especial de Comunicação



## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme as demandas da Contratante.
- 6.2. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a Contratante, incluindo todos os encargos de qualquer natureza decorrentes deste ajuste, inclusive pelas obrigações de natureza trabalhista, civil, criminal, comercial, previdenciárias, fiscal, de acidente de trabalho e pelos gastos com transporte resultantes da prestação dos serviços, bem como todos os tributos que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre as entregas parceladas do objeto durante a execução contratual e eventuais autuações.
- 6.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.4. A Contratada obriga-se a substituir os serviços que na entrega estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, sendo que o recebimento será recusado, devendo ser substituído no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da recusa pela Contratante.
- 6.5. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados.
- 6.6. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 6.7. Responsabilizar-se pela entrega do material.
- 6.8. Executar os serviços no prazo determinado.

## 7. PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado após 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal, somente da quantidade solicitada e efetiva entrega do material, que dar-se-á com o respectivo ateste.
- 7.2. São de responsabilidade da Contratada todas as despesas com fretes, seguros, taxas, tributos, contribuições e qualquer outra incidência decorrente da execução do objeto deste contrato.
- 7.3. A empresa deverá apresentar para liquidação e pagamento das despesas referentes à aquisição em pauta, os documentos constantes da Portaria SF 170/2020.

## 8. PENALIDADES

- 8.1. Ficam estabelecidos, nos casos de aplicação de penalidade de multa moratória, sem prejuízo de outras previstas em lei, os seguintes percentuais:
  - 8.1.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste, na hipótese de inexecução total do objeto.
  - 8.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 8.2. Ficam estabelecidos, nos casos de aplicação de penalidade de multa moratória, sem prejuízo de outras previstas em lei, os seguintes percentuais:
  - 8.2.1. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste, na hipótese de inexecução total do objeto.
  - 8.2.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

- 8.2.3. Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue, por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 20 (vinte) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
- 8.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
- 8.2.5. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 8.2.6. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.